

Mariza Corrêa (1945-2016) – uma homenagem muito pessoal*

Peter Fry**

Resumo

Este artigo lembra os primeiros passos da Mariza Corrêa na antropologia e a produção da sua inovadora dissertação de mestrado e o impacto que teve sobre a política feminista no Brasil. Trata também da importância das relações pessoais na produção acadêmica, com especial consideração ao marido da Mariza Corrêa, Plínio Dentzien.

Palavras-chave: Mariza Corrêa, Feminismo, Antropologia Jurídica.

* Recebido em 16 de junho de 2018, aceito em 24 de agosto de 2018.

** Professor Emérito, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. phfrio@gmail.com

<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800540001>



Mariza Corrêa (1945-2016) – a Very Personal Homage

Abstract

This article recalls Mariza Corrêa's first steps in anthropology, and the production of her innovative master's dissertation and the impact that it had on feminist politics in Brazil. It also addresses the importance of personal relations in academic production, with special consideration to Mariza Corrêa's husband, Plínio Dentzien.

Keywords: Mariza Corrêa, Feminisms, Legal Anthropology.

No seu texto em homenagem à Mariza Corrêa, Guita Grin Debert, após examinar a carreira acadêmica de Mariza, destaca o primeiro trabalho antropológico dela, a sua dissertação de mestrado *Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais* (Corrêa, 1975), que seria a base de dois importantes livros: *Os Crimes da Paixão* (Corrêa, 1981) e *Morte em Família* (Corrêa, 1983). Sem querer de jeito nenhum diminuir (longe disso!) a importância da sua produção posterior sobre a história da antropologia, começando com a sua tese de doutorado sobre Nina Rodrigues, e nem tampouco os seus textos dedicados às mulheres na antropologia, estimo que esses primeiros trabalhos foram cruciais para o estabelecimento da legitimidade acadêmica e política da Mariza, e que exerceram enorme influência sobre a antropologia, a ciência jurídica, a luta feminista contra a legislação que impedia a emancipação das mulheres, e, em consequência, a sociedade brasileira como um todo. Se não mais se invoca a legítima defesa da honra como defesa dos homens que assassinam as suas parceiras, isso é, em parte, devido ao trabalho da Mariza. E o depoimento da Guita Debert mostra o quão importante teria sido esse trabalho não apenas para subseqüentes estudos das relações de gênero, mas também das lógicas culturais dos sistemas jurídicos em geral.

Na época em que Mariza escreveu a sua dissertação de mestrado pouco ou nada se escrevia sobre o contexto de produção dos trabalhos em ciências sociais. Isso veio depois, com a virada pós-moderna, quando as autoras e os autores falaram (e foram instigados a falar, até demais às vezes) sobre a sua relação com as suas pesquisas e pesquisadas. Como, então, Mariza não refletiu por escrito sobre o meio no qual produziu a sua dissertação (e duvido muito que fizesse mesmo se estivesse a oportunidade), aproveito o convite para escrever em homenagem a ela para, temerariamente, esboçar uma breve discussão sobre as circunstâncias sociais nas quais a pesquisa foi feita e o texto escrito. Justifico pela importância do trabalho em si, e porque sou daqueles que se fascinam pela relação entre as autoras e seus meios sociais (Mariza também, diga-se de passagem, desde as

antropólogas brasileiras até os membros do grupo Bloomsbury do Londres entre guerras), e porque penso que uma discussão sobre o etos do seu tempo revelará algo a mais sobre a carreira da Mariza e, porque não, da própria antropologia em Campinas e alhures. Como homenagem à minha amiga Mariza, então, ofereço esse curto memorial muito pessoal e, portanto, fatalmente enviesado, sobre o trabalho dela no contexto do nascimento do Mestrado em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no início da década de 1970.

Em junho de 1970, o navio que me transportou de Southampton, na Inglaterra, para o Brasil atracou no porto de Santos. Após ter que deixar o meu passaporte com a imigração brasileira e ter tido imensa dificuldade em convencer a senhora na alfândega que os meus instrumentos musicais africanos não carregavam nada de perigoso para o país, fui recebido por Antônio Augusto Arantes Neto, que conhecera em Cambridge onde estudava sob a orientação de Edmund Leach. Ele chegou numa kombi da Universidade Estadual de Campinas para me levar, com minhas muitas malas e baús de livros e discos, para começar a trabalhar na recém-fundada Unicamp. Lá conheci os meus futuros amigos e colegas. Aos poucos, chegaram cada vez mais gentes, jovens brasileiros, a maioria voltando de estudos de pós-graduação no exterior, e, como eu, outros tantos estrangeiros, a maioria muito recém-doutorados. Aos poucos, no IFCH foi se formando um pequeno grupo extraordinariamente solidário de professores de linguística, história, sociologia, ciência política, filosofia e antropologia.

No segundo semestre de 1970, então, Antônio e eu começamos a dar as nossas aulas para a primeira turma do bacharelado em Ciências Sociais, produzindo estranhas “apostilas”, em vez de livros e textos dos autores consagrados já que havia quase nada do cânone antropológico disponível em língua portuguesa. Em seguida chegou Verena Stolcke (na época Verena Martinez-Alier) e suas duas filhas pequenas, Núria e Isabel. Formamos uma troika fundada na amizade e na admiração mútua que perduram até hoje.

Acuados pelas ameaças reais e imaginárias da ditadura militar e isolados numa cidade que parecia não proporcionar muita coisa de interesse cultural, produzimos o nosso próprio entretenimento com almoços, jantares, rodas de violão, etc. Como todos nós conservávamos os nossos contatos nos países onde estudávamos, mantendo-nos informados sobre a vida social alhures, não é de estranhar que adotávamos um estilo de vida característica de certos nichos sociais acadêmicos ao redor do mundo daquela época; o que poderia ser descrito como uma espécie de libertarianismo de esquerda. Muito socialismo, muito arroz integral, batas indianas, experimentações psicodélicas, opiniões (e práticas) por assim dizer emancipacionistas sobre gênero e sexualidade, etc. Mas, olhado de um presente onde tal solidariedade entre colegas parece mais rara, penso que o grau dela no velho IFCH se devia sobretudo à insegurança que se abatia sobre todos nós por conta da ditadura militar: amigos e parentes iam sendo presos e a tortura era generalizada. Embora protegidos pelo nosso reitor Zeferino Vaz, temíamos pela presença de X9s nas nossas aulas, tomando cuidado de não nos expor muito. Lembro-me que falava muito das agruras da África Austral, esperando que os alunos soubessem perceber que não eram totalmente distintas das daqui. Além disso, a ditadura era caracterizada por um acachapante mau gosto. A nossa solidariedade garantia ao mesmo tempo proteção e a possibilidade de engendrar uma vida social mais instigante, inclusive esteticamente.

Entre os que chegaram logo depois da troika antropológica, veio, em 1972, Plínio Dentzien, portador de conhecimentos sobre sociologia quantitativa que apreendera na Universidade Ann Arbor de Michigan, onde cursava o seu doutorado, acompanhado pela sua mulher, Mariza Corrêa, e o pequeno filho deles, Rodrigo. No início, olhei para o Plínio com uma certa apreensão. Afinal, teria sido líder estudantil no Rio Grande do Sul, e isso, acoplado à sua especialidade sociológica que me assustava, sinalizava uma certa correção político-acadêmica que me atemorizava por ser também associada, no meu pobre e simplificado código moral da

época, a tendências machistas e esquerda-autoritárias. Mas, *pace* Oscar Wilde, as aparências muitas vezes enganam, e num espaço muito curto de tempo, Mariza, Plínio e Rodrigo se tornaram amigos muito próximos. O que tínhamos em comum para fundar essa amizade? Tantas coisas. Compartilhávamos, além de um ódio da ditadura, atitudes feministas e um horror à homofobia. Mas o humor era fundamental. Num dado momento, o gaúcho Plínio se incumbiu de me ensinar ter uma postura mais macho, por assim dizer, segurando o aparelho genital e gritando em voz firme e num registro profundo: “qual é!”. E penso que foi esse humor irreverente e irônico (às vezes sarcástico) que cultivávamos que nos salvou de nos tornarmos arrogantes demais nessas nossas modernidades. Mais disso adiante.

Apesar de a Antropologia ter sido vista naquela época por certos colegas (os economistas marxistas e sociólogos althusserianos, sobretudo) como uma atividade empirista demais, desimportante e pequeno burguesa, fomos incentivados a abrir um mestrado apenas dois anos mais tarde. Protestamos para um dos nossos colegas economistas que, sendo apenas três professores, não teríamos condições de dar continuidade ao curso de graduação, muito menos a um curso de pós-graduação. Acabamos, porém, vencidos pelo argumento que “aqui no Brasil se quer implementar uma linha aérea, se constrói primeiro o aeroporto. Em seguida baixarão os aviões”. E, nas palavras que Carlos Vogt tanto me ensinou naqueles tempos, assim foi, assim se deu.

Mariza, formada em jornalismo e já com uma experiência profissional no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, e na Veja, logo se encantou com as possibilidades da antropologia iluminar o seu feminismo e seu interesse pelas relações de gênero. Certamente isso se devia sobretudo à amizade imediata com Verena Stolcke, mas quero crer que também se devia ao etos esquerda/emancipacionista do nosso pequeno grupo antropológico em formação. Em 1973, então, ela entrou no programa de mestrado em Antropologia Social da Unicamp e em tempo recorde, orientada pela Verena Stolcke, defendeu em 1975

a sua dissertação de mestrado, intitulada “Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais” (vale lembrar que naquela época antes da abertura dos cursos de doutoramento, não era incomum alunos levarem mais de cinco anos para terminar dissertações até de trezentas páginas!).

Iniciar um programa de mestrado era difícil não apenas pelo trabalho a mais que daria, mas pela nossa total inexperiência em orientar trabalhos de pós-graduação. Verena e eu tínhamos defendido os nossos doutoramentos logo antes de viajar ao Brasil e Antônio continuava escrevendo a dele. Assim, optamos pela cooperação intensa para superar um pouco as nossas fraquezas e para instituir um espírito de corpo entre nós e os nossos alunos. Eu, Durkheimiano até a medula, me lembro de ter pensado e falado muitas vezes que o nosso programa teria que ser maior que a soma das suas partes. Programamos então seminários de pesquisa regulares nos quais todos nós apresentávamos as nossas ideias de pesquisa e os primeiros resultados. Era assim que se debatia a *viabilidade*, *metodologia* e, sim, *relevância* das pesquisas propostas. Tivemos clara noção que esses três componentes, relacionados entre si, não seriam valores absolutos, mas, isto sim, definidos socialmente no contexto das interações sociais dos seminários e fora deles. Aos poucos, então, foi-se formando uma *sociedade* com as suas regras e valores, uma espécie de “consciência coletiva”.

Enquanto algumas das pesquisas escolhidas tenham sido por assim dizer tradicionais nas ciências sociais brasileiras, como religião (umbanda e pentecostalismo), estudos de migração/urbanização e medicina tradicional, houve desde o início um interesse enorme por questões que, hoje em dia, seriam classificadas como da área de sexo/gênero.

Fico espantado com a nossa enorme pretensão não só em abrir o curso, mas em orientar dissertações e teses sobre questões que eram novas tanto para os alunos quanto para nós mesmos. Treinado como africanista com um certo conhecimento da literatura clássica antropológica e da religião em particular, como poderia imaginar orientar uma pesquisa sobre a zona de

prostituição em Campinas (Mazzariol, 1976), um estudo sobre um grupo de teatro questionando dramaticamente os convencionais papéis de gênero (Lobert, 1979) ou uma pesquisa sobre papéis de gênero entre pessoas das classes médias no interior do Estado de São Paulo (Guimarães, 1978)? Verena tinha muito mais a ver após o seu estudo sobre gênero, classe, raça e casamento em Cuba do século 19 (Martinez-Alier, 1974). Não é por acaso, portanto, que era ela que ia orientar a dissertação de Mariza.

Em vista o fato de a Unicamp ter desenvolvido ao longo dos anos uma merecida reputação no campo de estudos de sexo/gênero, interessa-me aqui indagar sobre o porque dessas opções de pesquisa. Volto à ditadura. Apesar dessas questões terem nos mobilizados até por razões de foro íntimo, é também possível argumentar que, proibidos de nos envolver com a política nacional, canalizamos os nossos esforços políticos para a esfera que os militares chamaram de “moral e bons costumes”. E havia boas razões para tanto, exemplificadas dramaticamente no espetáculo dos Dzi Croquettes, que colocou em questão de forma ácida e hilariante as convenções de sexo e gênero da época. Recordo-me que me sentia totalmente alienado em relação à política nacional brasileira por conta da ditadura e do fato de ser estrangeiro. Cheguei, portanto, a pensar seriamente em colocar as minhas energias a serviço do nascente movimento gay, até perceber rapidamente que tinha optado por uma vida acadêmica por quase total impossibilidade de cometer as concessões à minha própria compreensão das coisas que a atividade política propriamente dita exige.

Se os Dzi Croquettes ridicularizavam as convenções de sexo e gênero no teatro, a dissertação da Mariza revela e mapeia justamente a força de tais convenções, mas nesse caso nos dramas jurídicos. Em casos de assassinato em família, Mariza mostrou como os operadores da justiça organizam as suas acusações e defesas segundo um código cultural que define o comportamento aceitável de homens e mulheres em situação de casamento. Assim, a dita legítima defesa da honra seria uma vingança considerada na época legítima dos homens “traídos” pelas suas

esposas. Guita observa que esse assunto estava já na boca do povo e das feministas sobretudo após o caso Doca Street. Mas havia um caso muito mais perto de casa, que foi detalhadamente analisado na dissertação, e que impulsionou Mariza para pesquisar esse assunto. Foi o de um assassinato com doze facadas de uma professora muito querida de colégio importante da cidade de Campinas pelo seu marido advogado e procurador. Ele também foi julgado inocente por ter “defendido a sua honra”, ameaçada pela relação da mulher com um outro homem. O julgamento manifestou o quão arraigados eram esses valores. Mas o grande achado, é claro, desse trabalho foi sua ênfase pioneira no gênero como uma relação sócio-política, em contraste ao sistema individualista e classificatório naqueles tempos em voga.

Há, porém, um outro aspecto da dissertação de Mariza que pouco se lembra ou comenta: o seu cuidado em considerar não apenas os homens matando as mulheres, mas as mulheres que mataram os seus maridos. Eis o título do trabalho na sua publicação: *Morte em família*. Se os homens se defenderam alegando legítima defesa da honra, as mulheres se defenderam alegando a fúria provocada pela violência física ou “psicológica” e/ou a incapacidade dos seus maridos de desempenharem adequadamente atividades consideradas inerentes ao papel de marido, especificamente pondo comida na mesa da família. Essa *démarche* foi importante por pelo menos duas razões: revelou ainda melhor as concepções de feminilidade e masculinidade no processo jurídico brasileiro; e, ao levar em consideração a violência física das mulheres, provocou o feminismo a um maior cuidado com a análise das relações de gênero, o que ia ser muito importante em subseqüentes trabalhos sobre violência familiar (Pontes, 1986; Gregori, 1988). Quero crer também, que seguia um mantra antropológico que trouxemos da velha Albão: de tentar sempre ir além dos preceitos *taken for granted* pelos *bien pensants* em geral.

Mas o trabalho da Mariza *sobre* as famílias foi também um trabalho desenvolvido *em família*. Quando conheci Mariza, conheci-a como *Plíniomarizaeguigo* ou *Marizaplínoeguigo*.

Entreter ou ser entretido por essa família foram os grandes prazeres da vida social em Campinas naquela época. E quantas vezes nós sentamos para falar e pensar livremente sobre o feminismo e os demais movimentos emancipacionistas, dos gays e dos negros, num clima que garantia a maior liberdade de expressão possível, dentro, é claro, dos limites da convivência civilizada! Plínio e eu, por definição dentro do campo dos homens, gostávamos de caçoar dos feminismos mais excludentes. E já mencionei as aulas de machismo às quais ele me sujeitou.

Essas lembranças saudosistas talvez esclareçam um pouco o contexto social da produção dos trabalhos sobre sexo e gênero nos primórdios do programa de pós-graduação em antropologia social da Unicamp. Mas o que interessa mesmo, penso, é o fato de a legitimidade acadêmica alcançada ter resultado numa base forte para desenvolvimentos subsequentes. As semanas de mulher que Mariza organizava no final da década de 1970 são lembradas por todos e todas como marcas importantíssimas da relação entre trabalho acadêmico e ação social. As bases estavam postas para a consolidação dos estudos de gênero em Campinas.

Em 1983, eu saí de Campinas para o Rio de Janeiro, seguindo à distância os desenvolvimentos posteriores. A fundação do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, em 1994, a passagem da Mariza pela direção do IFCH. Mas sempre mantive a intimidade com a família. Eu gostava de viajar para Campinas mesmo se o recíproco não era verdadeiro; com o passar dos anos, Mariza gostava cada vez menos de sair de Campinas, e com a sua aposentadoria, de casa. Nos últimos anos, Mariza me envolveu com o seu fascínio pelo grupo Bloomsbury, na Inglaterra do início do século XX, me presenteando com a magnífica biografia de Lytton Strachey, escrita por Michael Holroyd. Passamos um bom tempo contemplando como esse grupo de jovens aristocratas antecipava a nossa pobre experimentação com alternativas às convenções de sexo e gênero. Acho que foi a maneira de ela achar pontes comigo e a história do país onde nasci.

Em 9 de outubro de 2016, Plínio morreu após uma longa doença. Mariza morreu dois meses depois, em 27 de dezembro, de

doença grave, sobre a qual, tamanha a sua discrição, nada teria me contado.

Referências bibliográficas

- CORRÊA, Mariza. Os Atos e os Autos: representações jurídicas de papéis sexuais. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1975.
- _____. *Os Crimes da Paixão, Tudo é História*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- GREGORI, Maria Filomena. Violência contra a mulher: a prática do SOS-Mulher (SP), cenas e queixas. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- GUIMARÃES, Ercy Parreira. A imagem refletida : contribuição ao estudo dos papeis da mulher casada. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1978.
- LOBERT, Rosemary. A Palavra Mágica Dzi: Uma resposta difícil de se perguntar. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.
- MARTINEZ-ALIER, Verena. Marriage, Class and Colour in Nineteenth Century Cuba: A Study of Racial Attitudes and Sexual Values in a Slave Society. Cambridge, University of Cambridge Press, 1974.
- MAZZARIOL, Regina Maria. “Mal Necessário”: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.
- PONTES, Heloisa. Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher e as práticas feministas contemporâneas. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Unicamp, Campinas, SP, 1986.